

Acordo pode assegurar a governabilidade

Carlos Menandro 15.3.90

Andrei Meireles
Helival Rios

A constatação de que apenas uma saída política poderá evitar o agravamento da crise econômica, com efeitos nocivos tanto para a sociedade como para o Executivo e o Legislativo, está levando o governo e as oposições a serem mais flexíveis em suas posições, abrindo uma perspectiva concreta para o chamado entendimento nacional. As lideranças dos principais partidos oposicionistas desejam no acordo nacional o fortalecimento do Legislativo, preparando o caminho para a adoção do parlamentarismo. Por sua vez, o presidente Fernando Collor está convencido de que, sem o aval da sociedade e do Congresso, dificilmente terá sucesso na implementação de suas políticas para a administração pública.

Todos concordam em que, ao contrário das tentativas anteriores, o entendimento deve ter como palco o Parlamento. Mesmo assim, alguns experimentados políticos, como os deputados Ulysses Guimarães, Miguel Arraes e Delfim Netto, são céticos quanto ao seu êxito.

As dificuldades para o acordo ainda são enormes. O Congresso Nacional considera como preliminar fundamental para o entendimento a restrição à edição, pelo presidente da República, de medidas provisórias.

O presidente Fernando Collor — segundo revela seu amigo e deputado Paulo Octávio Pereira — já tomou a decisão de reduzir o uso das medidas provisórias. Isto, porém, não basta para as oposições. O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, considera essencial que a edição das MPs seja legalmente definida, não ficando à mercê da vontade dos governantes. Líderes de todos os partidos de oposição e parlamentares governistas concordam com ele e recordam que o ex-presidente José Sarney e o próprio Collor se comprometeram a usar este instrumento com comedimento e não cumpriram a promessa.

Na próxima terça-feira, a regulamentação da edição das medidas provisórias estará na pauta da Câmara para ser votada. A previsão generalizada no Congresso Nacional, inclusive de parlamentares



Um ano depois de prestar juramento como Presidente da República, Collor intensifica as relações entre o governo e o Congresso

que se opõem à regulamentação, como Luiz Eduardo Magalhães, do PFL, é de que ela será aprovada.

O fato novo é de que nas galerias as mais representativas entidades da sociedade civil — como a OAB, CUT e FIESP — estarão juntas em defesa desta aprovação, num raro momento de convergência.

A questão das medidas, mais de forma do que de conteúdo num entendimento que necessariamente terá de tratar de coisas mais polêmicas e essenciais como a política de rendas e a distribuição de sacrifícios para a superação da crise nacional, é, contudo, uma prelimi-

nar tida como fundamental para qualquer futuro acordo. Do deputado Paulo Delgado, do PT, ao deputado Juthay Júnior, do PSDB, a constatação é uma só: sem desatar este nó, as relações entre os poderes Executivo e Legislativo continuarão tumultuadas, inviabilizando qualquer tipo de entendimento.

E justamente aí que os céticos quanto a um acordo baseiam suas avaliações. O deputado Delfim Netto, por exemplo, com sua longa experiência no Executivo, é taxativo: “No Brasil, a Presidência da República é imperial. Ela é incapaz de viabilizar um entendimento pela simples razão de que teria de

abrir mão de alguns de seus superpoderes”.

Um desses superinstrumentos são justamente as medidas provisórias.

O porta-voz da Presidência da República, jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, deixa claro que há limites para a restrição da edição das MPs: “Elas são necessárias em certos casos, notadamente quando se trata de reforma financeira, monetária e fiscal”. Nesses casos especificados há até uma concordância no Congresso quanto à utilidade das MPs, mas aí entra outro problema: “O modelo de governar através de pacotes já se es-

gotou”, diz o deputado comunista Roberto Freire. As entidades empresariais e de trabalhadores, em documento encaminhado ao Congresso Nacional, fazem avaliação semelhante.

O receio de novos pacotes e de mais mudanças bruscas na economia está provocando entre políticos e empresários uma reação aparentemente paradoxal: eles preferem a permanência da atual equipe econômica, que até agora só trabalhou através de pacotes, à sua substituição e, em consequência, novos pacotes.

A manutenção da atual equipe econômica é assegurada, em con-

versas reservadas ou em declarações, pelas mais bem informadas fontes do Planalto.

O deputado Paulo Octávio justifica: “Mudar equipe não resolve nada. Fosse assim o governo Sarney teria consertado o País, pois em cinco anos teve quatro ministros da Economia. Mudar a equipe até piora as coisas, pois de um lado a mudança infunde num primeiro momento novo ânimo e novo alento, numa segunda fase, a persistem alguns problemas, o descrédito será bem maior”.

A garantia do Planalto, porém, é insuficiente para os parlamentares. No Congresso, duas apostas são feitas. De um lado, expressões do pensamento conservador como os deputados Delfim Netto, Amaral Netto e Roberto Campos, que, integrados na base parlamentar do Governo, apostam no fracasso da política econômica e, em decorrência, na queda da equipe que a implementa. De outro, um grupo integrado por, entre outros, o senador Fernando Henrique Cardoso e os deputados César Maia, Roberto Freire, José Serra e Aloísio Mercadante que receiam a substituição da atual equipe por outra marcadamente conservadora.

Na opinião de Fernando Henrique, mudar a equipe seria apenas um jogo de cena que nada resolveria. Sua principal consequência seria uma perda ainda maior de credibilidade por parte do Governo.

O deputado Ibsen Pinheiro considera necessário quando se fala em entendimento fazer uma distinção: o acerto entre o Governo e sua base parlamentar não se enquadra no conceito, é mera economia doméstica. O entendimento é entre parceiros que estão em campos opostos. Daí a necessidade do Governo e das oposições dialogarem dispostos a fazerem concessões recíprocas.

Essa definição dos parceiros do entendimento beneficia a equipe econômica. Paulo Octávio diz porque: “O presidente Collor não acha que mudar a equipe favorecerá o entendimento nacional. Pelo contrário, os setores mais progressistas, mais à esquerda, que têm criado resistências ao Governo, se identificam muito mais com a equipe econômica do que a direita”.